

# Reversibilidade e irreversibilidade nos processos distributivos

Fernando Pedrão

## Flutuações e movimentos irreversíveis

O ambiente econômico deste fim de século não é de previsão de uma expansão econômica generalizada, nem de superação dos problemas mais graves de pobreza e desemprego. Pelo contrário, todos os dados objetivos da economia mundial, inclusive dos países e das regiões mais ricos, tanto em seu componente internacionalizado como nos de economia local, convergem em um quadro de queda generalizada do emprego e da ocupação em geral, de crescente concentração da renda e de incerteza do emprego e das rendas das pessoas e das famílias. A incerteza da renda pessoal e da familiar aumentam mais que os quantitativos de desemprego formal. A perspectiva de queda da renda pessoal dos atuais trabalhadores também aumenta, junto com sua crescente dificuldade para acompanhar os requisitos de qualificação correspondentes aos novos postos de trabalho.

Não só diminui o emprego formal regular, como aumenta a incerteza da intensidade da ocupação e da renda esperada para as mesmas ocupações. Há uma degradação da condição dos que não detêm rendas de capital. Paralelamente, há uma queda da taxa de salário, e em seu interior, uma queda da participação dos grupos de menores salários.

Essas observações estabelecem um referencial necessário de análise de problemas de distribuição, que alcança o funcionamento da sociedade econômica em seu conjunto, bem como examina as posições específicas dos problemas de distribuição em cada país e em cada região. A distribuição da renda revela-se o principal problema econômico da época, em seus aspectos social e técnico: no que descreve desigualdades de condições de vida que se perpetuam e tendem a se agravar; e no que implica em problemas técnicos de reprodução do sistema de produção.

O reconhecimento desses problemas implica num desafio à teoria econômica que reconhece tratar

como realidades sociais cambiantes. A teoria econômica do equilíbrio dedica-se a explicar os mecanismos de racionalidade da reprodução do capital. Distancia-se da temática da distribuição, porque abandona o significado teleológico da ciência social: razões e fins, relações de causalidade, são substituídos por um exercício de demonstração de consistência formal de teoremas (Myrdal, 1968; Goldmann, 1972). A polêmica acêrca do sentido de finalidade da ciência, em si já é uma expressão da consistência material da ciência: além da consistência formal, o significado como poder de explicação da realidade.

No essencial, a teoria econômica é uma interpretação da vida social, através de sua materialidade; que progressivamente reuniu elementos de generalização, apoiando-se numa fundamentação lógica e em observações empíricas. Mas a sustentação das generalizações e do controle das observações empíricas que as sustentam nem sempre estão claras (Adorno, 1961). Daí, que os problemas de delimitação das generalizações estão além do âmbito do ordenamento lógico da análise, constituindo um campo temático que compreende a validade, o significado e a pertinência dessa análise, segundo se trata de problemas doutrinários ou de questões práticas.

A economia trabalha com a relação entre usos sociais de recursos, variações de capacidade de produção e condições sociais de consumo. Esses elementos variam, em tempo e lugar, segundo a sociedade se tecnifica e qualifica; e segundo suas soluções imediatas se articulam umas com as outras. Mas esse encadeamento nem sempre é claro. Depende do modo como se transmitem as experiências adquiridas. Além disso, há alguns pressupostos relativos aos movimentos na relação entre os usos atuais de recursos e os processos formativos de uma capacidade de usar recursos, que sugerem a existência de processos evolutivos no

conhecimento e na tecnologia, coincidentes com uma crescente significância da atividade social no âmbito dos recursos à disposição da sociedade.

A validade desses pressupostos depende de uma sequencialidade das atividades socialmente significativas, que se transfere ao encadeamento das teorias científicas e das tecnologias; e finalmente aos movimentos de valorização do patrimônio e do capital. Isso implica em ver quais são essas atividades socialmente significativas e quais os encadeamentos - historicamente verificados - entre elas.

Dáí que a análise econômica, nos planos especulativo e aplicado, requer uma conceituação precisa de patrimônio e de capital, bem como de uma compreensão das interações entre os dois. Há especificidades objetivas e subjetivas subjacentes nesses dois conceitos, que obrigam a individualizá-los (Weber, 1974).

Para os fins da sustentação da análise social, entende-se patrimônio como a totalidade dos acervos reunidos pela sociedade, correspondendo ao quadro cultural em seu sentido amplo, enquanto capital é aquela parte desse acervo, tecnologicamente organizada, vinculada à produção, que se integra em processos potencialmente acumulativos. Noutras palavras, a formação social de valor está associada a processos organizativos da sociedade, capazes de se auto-reproduzirem, por isso, capazes de instalar tendências nesses processos. As alterações na organização social, iniciadas dentro ou fora do âmbito econômico, significam, primeiro, que a auto-reprodução é atingida; e segundo, que as reações do sistema a estímulos externos pode, também, ser modificada.

Há, portanto, uma questão relativa à continuidade das tecnologias e aos seus usos, como um aspecto essencial dos processos acumulativos, que é parte essencial da continuidade social, cuja explicação, por sua vez, é um pré-requisito da formulação de leis sociais. Trata-se de que a sequencialidade das técnicas depende de uma diversidade de funções desempenhadas pelas diversas técnicas em diferentes lugares e momentos, em combinações que são decididas fora dos processos técnicos de produção, no nível de percepção de uso de recursos das empresas.

A sequencialidade dos fenômenos é um traço essencial da continuidade dos processos. Acontece

em âmbitos economicamente organizados, que se distinguem em formas de produção tais como as estabelecidas pelo capital mercantil pré-industrial, pelo capital guiado por interesses fabris; e, finalmente, pelas modalidades de organização mercantil correspondentes ao capital industrial oligopólico de alta tecnologia. Noutras palavras, a sequencialidade dos fenômenos é o fio condutor pelo qual acompanhar as transformações dos interesses do capital, segundo eles se organizam no comércio, na produção industrial, ou nos serviços industrializados.

As transformações da sociedade econômica têm tido um sentido direcional geral, dado pelos deslocamentos das formas de consumo, por seus ajustes a médio e longo prazo, com os usos e com as modificações na composição da capacidade de produção. É um direcionamento histórico, inerente ao trajeto rumo à industrialização, bem como àquelas transformações da produção industrial, cuja generalização está delimitada pelas determinações da organização social que ela mesma engendra. Tem limites históricos e encobre grandes descontinuidades ainda por serem esclarecidas. Como situar nele as civilizações antigas do Oriente Próximo, as Americanas, ou como situar a ampliação de nosso conhecimento sobre o passado? Quais as reais relações entre essas civilizações e quais os traços de união entre elas e o fluxo civilizatório que se estende até a atualidade? Decorrerão eles exclusivamente das tecnologias, ou estarão ancorados nas formações ideológicas que geram as tecnologias? Quais elementos tornam ou podem tornar irreversíveis as tendências do movimento civilizatório?

Essas questões levam a rever os modos de organização social e técnica que vinculam as formações do produto social e da capacidade de produção à distribuição atual e futura da renda, isto é, a examinar o significado do esforço de produção, no que ele se traduz em consumo atual e futuro das majorias e das minorias. São problemas obviamente históricos: transcorrem no espaço-tempo concreto das experiências históricas, não no pseudo-tempo de deslocamentos de variáveis genericamente definidas. Não pode haver confusão, imprecisão nem dúvida da representatividade dos resultados que se pode obter da análise que se faz. São as restrições históricas objetivas dos aspectos técnicos dos

questionamentos de análise em economia.

Há questões que podem ser adequadamente representadas num ambiente de tempo nulo ou de pseudo-tempo, tal como considerado na análise estática convencional. Outras questões que podem ser representados em ambientes de períodos assimiláveis aos períodos de produção, tal como na análise temporal típica dos períodos de produção ou de duração da maquinaria. Outros, ainda, que só podem ser representados em períodos seculares. As flutuações de valores em bolsa, as alterações na composição da maquinaria e o aproveitamento de barragens e bosques correspondem, respectivamente, a essas três instâncias.

A desigualdade dos intervalos de continuidade e as interrupções dos fenômenos constitutivos desses três âmbitos, tem efeitos que se prolongam sobre as durações superiores às de sua própria definição. Como alguma vez escreveu Joan Robinson, o curto e o longo prazo começam simultaneamente.

Sobrepõem-se, agregaríamos. O encadeamento da produção e do consumo no tempo permite ver a coleção de fatos de produção e de consumo como um fluxo. As interdependências nele contidas levaram diversos autores, desde os Fisiocratas, a toma-lo como a principal referência da explicação, seja observando seus aspectos macroscópicos, como Marx, ou microscópicos, como Schumpeter. Mas há, a seu respeito uma questão fundamental, de linearidade ou não linearidade, que leva, de volta à matriz Fisiocrática e à conceituação de Myrdal, de causação circular acumulativa.

A questão social que decorre do aprofundamento da industrialização, pode ser caracterizada como uma crescente dificuldade para reverter as margens de desigualdade incorporadas pelas sociedades em que há ricos mais ricos e onde os pobres continuam igualmente pobres, porém melhor informados sobre o consumo dos ricos. Na sociedade moderna, a desigualdade de renda coincide com maior comunidade de informações. Mas o problema distributivo não se descreve adequadamente como de distribuição de renda, senão de distribuição das oportunidades de obter renda, direta e indireta; e das implicações da distribuição da renda na do capital. A colocação desse problema em termos de distribuição de renda é uma redução do escopo da análise a um âmbito, cuja exploração, entretanto,

exige um estudo em diversos cortes simultâneos, tais como o institucional, por classes sociais, por grupos de renda, além dos dados pessoais e familiares.

Esse, o problema, a ser anteposto às facilidades e dificuldades que as diversas sociedades enfrentam, para obter resultados progressivamente crescentes em termos de produto social e de ampliação da capacidade de produção. No entanto, nesse ponto a análise social continua omissa.

A capacidade de converter os resultados da produção em usos produtivos foi reconhecida, na teoria do desenvolvimento, como a principal superioridade da produção industrial sobre a produção mercantil pré-industrial. Ao abrir a caixa preta dessa conversão, ver quanto nela há de acaso, incerteza, quantos vazamentos há, em termos de desperdício e de descontinuidade dos investimentos, reabre-se uma crítica da produção industrial a colocar-se, justamente, na relação entre os efeitos do crescimento do produto social nas transformações da capacidade de produção.

A questão ressurgue em outros termos, ao verificar-se como funciona o capital mercantil na sociedade industrializada; e como se reorganizam os interesses mercantis na sociedade econômica conduzida pelo capital financeiro maduro, em que a perspectiva mercantil integrou-se com a do controle das comunicações.

O modo de funcionamento do capital mercantil é um tópico a ser esclarecido, como passo prévio à explicação da lógica do funcionamento das empresas depois que a integração industrial deixou de ser o modo de garantir a reprodução do capital em ambientes em que a concorrência entre empresas equivalentes foi substituída pela predominância de oligopólios. Esse modo de funcionamento está baseado na relação móvel entre a reposição do valor dos estoques e a manutenção de um nível ótimo de liquidez, que é aquele que não inibe a rentabilidade do capital e não expõe o capitalista a ter que pagar custos de financiamento. A lógica mercantil leva a ver as unidades de produção - fábricas e outros - como mercadorias equivalentes aos seus produtos, contemplando a compra e venda de empresas tanto como a compra e venda de bens e de serviços.

A racionalidade do capital compreende a lógica mercantil ao lado da industrial; e distingue a lógica mercantil pré-industrial da lógica da produção

industrializada. A primeira segue a evolução da produção manufatureira até sua metamorfose em produção industrial. A segunda refere-se às transformações da produção industrial até a emergência de um setor terciário tecnologicamente maduro. A racionalidade da eficiência fabril foi substituída pela da eficiência da gestão de empresas, em que se compram e vendem empresas tanto como se compram e vendem mercadorias, em que se destaca a importância da fluidez do capital entre representações financeiras e participações no financiamento da produção.

A conjunção de movimentos reversíveis e irreversíveis no processo do capital ganha novo significado, segundo a operacionalidade comercial passa a compreender, como um só conjunto, a gestão financeira e a tecnológica. Não há porque pensar que a sustentação da rentabilidade do capital dependa de uma progressiva ampliação do mercado, nem que os ganhos de posição das empresas dependam de sua eficiência fabril. Tampouco há como supor que os produtos sejam comprados porque as empresas desejam vendê-los. A rentabilidade do capital não pode depender dos resultados de publicidade. Pelo contrário, a disputa entre empresas inclui sempre o lado de qualidade, porque em princípio, em seu discurso, as empresas pressupõem que há - ou deve haver - uma pluralidade de compradores no mercado. As alterações de composição na gestão oligopolística do capital mostram opções de obterem-se esses ganhos mediante outros caminhos, por exemplo, como a substituição de trajetórias tecnológicas ou a reorganização do consumo.

### **Circuitos e tendências reversíveis**

Nesta análise, impõe-se rever a concepção do modo da dinâmica distributiva. Como evolui a distribuição, ao longo dos impulsos de crescimento do produto e de reordenamento do sistema de produção. Nesse sentido, há uma diferença fundamental de perspectiva na teoria econômica, registrada nos encaminhamentos dados, respectivamente, pelos Fisiocratas e por Walras (Goldmann, 1967). O contraste das visões da economia como processo circular e como estrutura, foi revisto várias vezes, em trajetórias de pensamento que chegaram até a teoria do desenvolvimento nas posições doutrinárias de Nurkse sobre o círculo vicioso da pobreza (1956) e de Myrdal sobre causação circular acumulativa (

1968).

Colateralmente, essa divisão envolve o tratamento da visão macroscópica e da microscópica do encadeamento da produção, tal como dado por Marx e por Schumpeter ao fluxo circular de produção. Na abordagem marxiana não há uma cisão entre os planos macro e micro da análise, senão desdobramentos de uma mesma análise nesses dois planos. A escolha de um plano macro-econômico privilegiado de análise é uma proposta de Keynes, posteriormente contradita pela chamada síntese neo-clássica pós-keynesiana - Hicks, Samuelson e outros - que na verdade restaura a posição privilegiada da perspectiva micro.

Mas a maior diferença entre elas está no plano das valorações, segundo estabelecem, como princípio dinâmico do processo, os interesses de consumidores e produtores individuais, ou os vêm como parte de interesses de grupos, mais ou menos estáveis e organizados. Uma diferença entre Marx e Keynes está entre o conceito de totalidade do primeiro e de globalidade do segundo, que certamente não são equivalentes (Habermas, 1972).

A perspectiva de Marx leva a trabalhar com sujeitos coletivos historicamente determinados, enquanto a de Schumpeter aproxima-se da visão individualista de Weber (1926) na constituição incidental de coletivos a partir de sujeitos individuais. A diferença entre essas duas posições é que uma está ancorada num pressuposto de uma racionalidade universal, equivalente entre todos os participantes da sociedades; enquanto a outra observa as condições concretas em que se manifestam os interesses dos grupos organizados. A compreensão de que o sistema de produção opera como um fluxo circular - tão cara a Schumpeter (1897) - exige uma compreensão das posições sociais concretas dos protagonistas do processo - como de fato registraram os Fisiocratas - que não se resolve no ambiente de preferências individuais do marginalismo, como pretendeu o próprio Schumpeter (1905).

Essas posturas doutrinárias correspondem a questões operacionais de método, por sua vez, colocadas nas duas opções de análise diacrônica e sincrônica, com suas implicações no modo de tratar o material factual. Na prática, tal análise pode fazer-se apenas com comparações de diversas economias nacionais num mesmo momento, ou num mesmo

período; ou mediante comparações de diferentes períodos, mesmo que de uma mesma economia nacional? O tamanho das populações, a magnitude do capital, bem como a estruturação institucional, adiante serão referências do encaminhamento prático dessa análise, cujos resultados serão julgados por sua verossimilhança e não só por sua consistência lógica.

Cabe rever as noções de círculo vicioso da pobreza e de causação circular pelo que representam como compreensões da engrenagem de interações, respectivamente reversíveis e irreversíveis, entre agentes na sociedade econômica. O círculo vicioso da pobreza é uma explicação de como as coisas ficarão como estão; enquanto a causação circular acumulativa diz que o funcionamento normal do sistema contém elementos irreversíveis, que o deslocam de sua situação atual, fazem com que ele se transforme.

A noção de círculo vicioso da pobreza é uma teorização da circularidade da miséria, em que uma situação de pobreza aguda generalizada tende a se reproduzir sem mudança para melhor. Logicamente foi rejeitada em nome do voluntarismo das políticas de desenvolvimento - ver a polêmica de Celso Furtado - contra essa tese de Nurkse. Mas naquele tempo sabia-se pouco sobre a pobreza; e não havia estudos sobre os mecanismos da apatia dos mais pobres, de todos que desistem de procurar trabalho, uma situação amplamente demonstrada desde então, especialmente nas grandes cidades no Nordeste. Mas a idéia de que tal reprodução da pobreza pode acontecer era um desafio, como o denominou Myrdal: o repto do sub-desenvolvimento. Seria preciso demonstrar tecnicamente a viabilidade de supera-lo; e justificar eticamente o esforço de supera-lo.

O círculo vicioso da pobreza tem uma contrapartida, que é um *círculo vicioso da opulência*, que, pelo mesmo mecanismo social, se reproduz com um número proporcionalmente decrescente de integrantes. A noção de círculo vicioso da pobreza está, além disso, ancorada num aspecto essencial da construção doutrinária de Ricardo, relativa à distinção entre o circuito de produção e consumo que atende aos trabalhadores e o que serve aos capitalistas e aos proprietários. O primeiro oferece meios de consumo para grupos que somente

ganham para satisfazer seu consumo básico, cujas compras pouco se expandem por efeito de diversificação do consumo. O segundo grupo está integrado daqueles cuja renda permite diversificar progressivamente seu consumo.

O reconhecimento da existência desses circuitos, pressupõe a presença de condições diferenciadas de composição do capital e de qualificação do trabalho, bem como de modos de organização do mercado. Se a produção só se diversifica naquela parte do mercado em que há menos compradores, depende de maiores valores de suas compras, bem como do transbordamento dos efeitos dessas compras, para sustentar a reprodução do capital incorporado na produção. A alternativa de exportar para suprir as restrições do mercado interno - sempre invocada como alternativa das limitações dos mercados internos - não é mais que deslocar o problema para um ponto adiante, representado pelas compras dos consumidores mais ricos de outros países.

No essencial, o sistema de produção tende a reproduzir-se de modo desigual, refletindo aquela desigualdade de renda imediatamente registrada nas diferenças das compras dos dois grupos; e as desigualdades que se reproduzem ao longo do tempo, como resultado da ação de mecanismos sociais de desigualdade, tais como o sistema educativo e o perfil da despesa pública.

Opulência e penúria tornam-se as duas referências extremas dessa polarização da renda que delimita o consumo, que ao mesmo tempo estabelece quais grupos locais têm renda familiar suficiente para chegar a determinados patamares e composições de consumo. O significado social da riqueza varia, segundo ela corresponde a situações de maior ou menor desigualdade e a situações de consumo da maioria das famílias. Resulta, portanto, de sua ancoragem em termos de grupos e de pessoas, especialmente, do contraste entre renda pessoal e renda familiar. Como se sabe, no relativo aos grupos de baixa renda, a viabilidade da sobrevivência depende da participação em grupos básicos, como a família. O indivíduo isolado, que finalmente seria o consumidor individual, torna-se materialmente inviável em condições de pobreza aguda e incerteza de renda.

Assim, é preciso levar em conta duas



qualificações do significado social da magnitude e da distribuição da renda: a distância real entre o que se reconhece como opulência e como penúria em cada sociedade; e as formas de consumo em que essa riqueza se traduz. Os transbordamentos de formas de consumo entre grupos de renda - ampliados e acelerados pela industrialização da produção - são elementos de ajuste entre a reprodução dessa posição de riqueza e a composição social do consumo, no que esta última garante as vendas sobre as quais se reproduz a riqueza.

Em cada ponto-momento da trajetória da economia internacionalizada e das formações sociais nacionais, a opulência se representa como a posse das modalidades mais avançadas de consumo, junto com a disponibilidade de riqueza superior à que pode ser utilizada como consumo aparente.

#### **Composição do capital e escala de distribuição**

Impõe-se, portanto, identificar os mecanismos operacionais que garantem a continuidade da valorização, compreendendo a preservação do valor acumulado e a continuidade da formação de valor. Compreende, portanto, a preservação do valor social dos ativos de capital e a da qualificação do trabalho incorporado em cada sistema de produção, já que a preservação do valor social dos ativos de patrimônio implica na disponibilidade de quem saiba usa-lo e possa efetivamente aproveitá-lo.

Logicamente, esses dois aspectos têm que ser vistos frente as alterações que acontecem no regime de usos dos capitais, e frente aos modos de participação dos trabalhadores na produção. Na prática, as alterações do lado dos usos do trabalho afetam, adiante, as possibilidades de uso dos ativos de capital.

A teoria econômica concentrou-se nessa primeira parte. Deixou praticamente inatendida a segunda. Mas os modos de uso do patrimônio resultam em determinadas eficiência e pertinência do capital. De fato, os modos de uso dos capitais já integrados em cada sistema de produção pré-estabelecem as condições específicas de adequação de cada novo componente de capital ao sistema de produção. Formam-se ambientes técnicos, em que os componentes específicos de capital são usados, com maior ou menor aproveitamento. A eficiência nos usos dos componentes do capital dependerão do modo de cada aplicação e do ambiente em que ela

é realizada. O investimento e seu ambiente são um conjunto estrutural indissolúvel. A fábrica e sua inserção numa rede de distribuição de energia. A planta de produtos da pesca e o ambiente marinho.

Os modos de participação dos trabalhadores na produção têm sido geralmente vistos como resultados unilaterais dos usos do capital, sem levarem-se em conta os efeitos acumulados do esforço dos trabalhadores, para procurarem-se atividades de sua conveniência. No entanto, há um grande número de iniciativas de mobilização de trabalho, que levam a reajustes nos usos do capital. Também, que em muitos casos os usos do trabalho podem ser modificados por separado dos do capital, pré-estabelecendo as condições em que o capital é utilizado, ou pelo menos influenciando nos seus usos. Ambos movimentos estão ligados aos modos como se realizam aquelas vendas que concretizam a geração de riqueza.

O oposto da opulência é a pobreza, com as restrições de mobilidade que afetam os grupos expostos a uma ou mais formas de pobreza; e a penúria, como forma de pobreza extrema e de marginalização irreversível. O reconhecimento da complexidade da problemática da pobreza nos últimos anos recompõe um quadro de preocupações éticas, ligando-o agora a uma visão crítica da relação entre produção e patrimônio. Há processos diferenciados geradores de pobreza, assim como há situações diferenciadas de pobreza, que evoluem de diversos modos em tempo e espaço. Há diferenças essenciais entre situações minoritárias de pobreza; e situações em que há maioria de pobres. Por último, há situações em que há perspectivas mais confiáveis de reversão desse quadro de pobreza e de irreversibilidade das situações pessoais e dos grupos envolvidos.

O mais grave da pobreza contemporânea é corresponder a situações crônicas de grupos numerosos e crescentes, concomitante ao aumento da opulência e ao aparecimento de novos pobres. Especialmente num país como o Brasil, em que o desemprego crônico converge com novas formas de desemprego, a perpetuidade da pobreza tem um significado que transcende o de aspectos negativos da etapa atual da formação de capital: compreende, elementos de regulação imediata do mercado de trabalho, tais como o controle de tecnologias básicas e de migrações; e elementos de regulação mediata,

como a educação e as informações.

Discutem-se, pois, os processos distributivos por suas interações com a formação do produto e do capital, segundo esse conjunto chega a resultados acumulativos duráveis. O tratamento positivista desse tema ficou identificado com a doutrina marginalista, tornando-se a ortodoxia teórica em economia. Nela, esse problema é visto como uma relação entre quantidades indiscriminadas, em que se examina a interdependência entre as taxas de crescimento do produto e do capital, tomada apenas como refletida pelas cifras de investimentos. No plano microscópico, pode ser colocado mediante um coeficiente de aumento de capital disponível a curto prazo, comparado com variações de patrimônio, onde se admitem possibilidades de aumento de trabalho por entrada de capital especulativo e de produto por investimentos que se completam e operacionalizam. Mas há evidências empíricas, de que os primeiros superam cada vez mais os segundos, e que esses dois termos evoluem, desigualmente, demandando tratamento específicos.

Na perspectiva histórica, torna-se necessário levar em conta a realimentação dos efeitos do perfil da distribuição na composição do consumo, distinguindo o significado de relações causais de distintas durações, segundo elas convergem em determinados momentos. Aqui são fundamentais as diferenças de intensidade dessas convergências, bem como os pontos sobre os quais elas se realizam. A perspectiva histórica envolve o tratamento de problemas relativos à duração dos fenômenos e dos lapsos cobertos pela análise. A relevância e a pertinência da análise dependem do modo como essas questões são explicitadas e como o tema do tempo entra no processo explicativo. Noutras palavras, o poder explicativo da análise depende das opções de encaminhamento de método, da abordagem prática que se constrói. Assim, confronto ou convergência entre as abordagens diacrônica e sincrônica ( Jacobsen, 1926) indicariam as possibilidades e limitações da análise, para refletir o campo fenomênico que reconhece ou sobre o qual se volta. Essa questão pré-condiciona a orientação e a reflexão sobre os desafios antepostos pela realidade histórica da economia, que constitui a temática do processo de trabalho aqui resumido.

Na década de 1950, o rápido aumento do número

dos participantes da economia internacionalmente integrada, tornou evidente a impossibilidade de sustentar-se uma teoria genética do crescimento sobre os pressupostos de racionalidade e comportamento das sociedades industrialmente avançadas. Tornou-se necessário levar em conta as diferenças entre os questionamentos de uma teoria da mecânica do crescimento e o de uma teoria das transformações econômicas identificadas com o desenvolvimento econômico e social. A primeira pôde ser colocada em termos de um movimento linear de crescimento do produto, tendo como único condicionante a interdependência entre os movimentos do produto social e dos seus usos para consumo ou investimento. A inter-relação entre os movimentos do produto e os do capital não foi explicada, porque esses problemas foram tratados num plano de globalidade, em que se diluem os aspectos de composição, portanto de heterogeneidade, respectivamente, do produto e do capital.

A composição do produto, do capital e do consumo é uma questão a ser examinada de modo a dar conta dos problemas de transformação dos sistemas de produção, portanto, em períodos suficientes para registrar as grandes alterações tecnológicas e da qualificação das pessoas. Subjacentemente, as modificações de composição do capital são tomadas como unidirecionais, ligadas a movimentos de renovação tecnológica que não incluem retrocessos significativos.

No entanto, é um campo de questionamento subjacente na doutrina de Ricardo, naquilo em que ela indica uma diferença entre a esfera de produção para trabalhadores e para classes de capitalistas e de proprietários; e plenamente registrado na compreensão histórica de Marx na positivista, numa linha que vai de Böhm Bawerk a Lachmann. A compreensão dos aspectos de composição é fundamental para determinar os conteúdos essenciais das transformações econômicas, no que elas sejam irreversíveis, por isso podendo ensejar tendências, ou sejam reversíveis, podendo traduzir-se em simples flutuações.

O leque de possibilidades - de direcionalidade constante do processo a simples flutuações - corresponde a uma visão sumamente ampla dos ciclos econômicos ( Schumpeter, 1958; Haberler, 1956), cabendo presumir que as variações da

atividade econômica compreendem elementos pertinentes a um modo direcionado de transformações irreversíveis. No primeiro caso estão, por exemplo, transformações próprias da renovação tecnológica na indústria de transformação e na agricultura. No segundo, incluem-se movimentos como os determinados por fatores climáticos de grande porte. O essencial é o saldo do entrecruzamento desses elementos, no que ele aponta a reversibilidade crescente ou decrescente, ou ainda, a maior ou menor previsibilidade da tendência reversível ou irreversível.

A teoria econômica não distingue movimentos reversíveis de irreversíveis, deixando assim de entrar no mérito das diferenças entre tendências e flutuações. É uma insuficiência de análise, que leva a tratar todos os movimentos, inclusive as flutuações, como parte de tendências. Tal simplificação impede que se percebam as diferenças entre os processos que em princípio são contínuos e progressivos; e os que são intermitentes ou de duração previamente reconhecida como limitada. Mas essa distinção dos processos torna-se um aspecto essencial no desenvolvimento de uma abordagem dinâmica da questão distributiva.

São simplificações de abordagem que impedem registrar as alterações do sistema de produção que se introduzem ao longo do tempo, sejam elas sequenciais ou incidentais. Mas essa é a principal característica da questão em causa. Ao progredir o processo, muda o horizonte de visibilidade com que operam os diversos agentes envolvidos na produção e no consumo. Junto, mudam as condições de percepção entre os agentes e as situações em que eles se encontram. Tais modificações da composição do sistema de produção significam correspondentes alterações das posições dos agentes que os constituem e de seus respectivos horizontes de visibilidade dos processos de que participam.

De fato, as condições de funcionamento dos sistemas modificam-se, em resposta a alterações da tecnologia incorporada ao capital e da qualificação dos diversos trabalhadores, sejam eles representantes do capital ou do trabalho. Suas posições relativas com frequência mudam, segundo elas ocupam diferentes funções nas tarefas realizadas por trabalhadores, permanentes ou temporários, ou segundo desempenham funções em nome do capital, como executivos ou mesmo como

dirigentes de empresas.

As participações dos integrantes do sistema de produção têm variado em tempo e espaço, segundo evoluem as características operacionais de cada sistema nacional, isto é, combinando seus aspectos sociais e técnicos; e não só como uma questão social de mobilidade, sobre um quadro tecnológico invariante. O significado econômico da mobilidade muda, junto com a tecnificação da produção, com a escala de remunerações dos diversos trabalhos, e com a qualificação dos pretendentes a trabalhador.

Dai, ser necessário associar o tratamento das questões distributivas específicas aos rumos das transformações dos sistemas de produção. Cada uma dessas questões específicas acontece num ambiente historicamente formado, dotado de uma localização e acionado por um dado elenco de protagonistas da vida econômica que não pode ser trocado.

Mas, quais delas podem assinalar rumos; e quais outras não passam de flutuações, que não levam à formação de tendências? Certamente, a observação de história econômica mostra grande número de ações que levam a transformações, e de outras que levam a meras flutuações sem conseqüências. Assim também, que as transformações rompem mais ou menos com o existente, e resultam em combinações com elementos já existentes nos sistemas. Há inúmeros exemplos nas duas direções, desde o total aproveitamento em trajetórias como a dos transportes ferroviários, até a ruptura igualmente clara, entre as soluções para o consumo energético doméstico, entre o uso de carvão e os sistemas elétricos integrados.

As transformações e as flutuações dos sistemas resultam em padrões de previsibilidade e de erraticidade, que portanto se modificam ao longo do tempo, tanto como se modifica seu modo de erraticidade. Assim, há um problema específico, de conhecer quanto as transformações podem ser associadas a relações de causalidade ou a condições de incidentalidade.

A expansão da produção industrializada aumenta a sensibilidade dos sistemas locais de produção a condições genéricas da composição do capital e das qualificações do trabalhador. Não só por aspectos de comparabilidade entre produtos que se oferecem para usos semelhantes, mas pelos condicionamentos impostos pelas seqüências de opções tecnológicas,